

RECURSO ESPECIAL Nº 1.598.889 - RS (2016/0105021-2)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : LUIZ CARLOS LOPES PEREIRA
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS PORTO E SILVA - RS022243

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 361):

ADMINISTRATIVO. MILITAR. REVISÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. MELHORIA DE REFORMA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPROVAÇÃO. NEOPLASIA MALIGNA. DIFERENÇA. REMUNERATÓRIA. SOLDADO DO GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR. POSSIBILIDADE.

1. Na espécie, restou plenamente comprovada a incapacidade definitiva do autor, referente a todas as ocupações, civis e militares, a dizer: sua invalidez permanente, desde a inspeção da Junta Médica Militar, que confirmou o diagnóstico da neoplasia maligna. Gize-se que a moléstia em questão integra o rol do art. 108, V, do Estatuto dos Militares, ensejando a reforma independentemente da apuração de qualquer relação de causa e efeito com a caserna.

2. Quanto ao soldo, sua remuneração deverá ser calculada com base no soldo integral correspondente ao 'grau hierárquico imediato' ao ocupado na ativa, a teor do art. 110, § 1º da Lei 6.880/80.

Os embargos de declaração opostos pelo ente público foram rejeitados (e-STJ, fls. 377-379).

Sustenta a insurgente, em preambular, a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto no art. 535, II, do CPC/1973.

Alega violação dos arts. 106, 107, *caput* e parágrafo único, e 110 da Lei n. 6.880/1980, em suma, sob dois argumentos: i) inexistência de prova da incapacidade do autor para toda e qualquer atividade laborativa; e ii) a reforma com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato somente é cabível ao militar da ativa ou da reserva remunerada, não ao militar já reformado.

Sem contrarrazões, conforme certidão à e-STJ, fl. 404.

É o relatório.

O recurso não merece provimento.

O acórdão recorrido reconheceu o direito à "melhoria de reforma" pelos seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 318):

Superior Tribunal de Justiça

Consta do caderno probatório que o demandante fora reformado pelas Forças Armadas em 10/8/11, por idade limite. Para a União, esse motivo retira o direito ao militar em pleitear melhoria. O Juízo de primeiro grau entendeu que o autor, ao contrário, tem direito à melhoria. Julgo que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos, razão pela qual a transcrevo (Evento 102):

No caso, verifico que o Autor foi reformado em 10.08.2011, por idade limite de permanência na reserva remunerada (art. 104, II e art. 106, I, 'd' e parágrafo único do art. 107 da Lei nº 6.880/80 - evento nº 23, anexo 'INF2', fls. 07 e 08).

Todavia, alegou que quando reformado com fundamento nos dispositivos legais supra referidos, já era portador de neoplasia maligna, devendo sua reforma, assim, ser embasada no art. 108, V, combinado com o art. 110 § 1º da Lei nº 6880/80, o que lhe garante o direito à percepção de proventos com base no soldo hierarquicamente superior àquele que hoje serve de base de cálculo de seus proventos.

[...] Na hipótese em análise, a prova técnica produzida atestou a incapacidade laboral total e definitiva do Autor (eventos nº 73, 96 e 109).

Com efeito, afirmou o Perito (evento nº 96) que o Autor 'é considerado atualmente inválido total e permanentemente para qualquer trabalho devido a natureza da doença, entretanto não a isenta de realizar atividades para prover sua subsistência'.

No evento nº 109 o expert reiterou que 'existe invalidez para o trabalho devido ao fato que o mesmo fez quimioterapia, entretanto não o limita par realizar atividades diárias pessoais'.

Portanto, restou evidenciado que o Autor se encontra total e permanentemente impossibilitado para o exercício de qualquer trabalho, fazendo jus, assim, à pretendida melhoria da reforma.

Todavia, tendo em vista que não restou esclarecida a data a que remonta a invalidez do Autor, deverá receber tais pagamentos 'a maior' desde a data do laudo pericial (13.12.2013).

Diante dessas constatações, tenho que restou plenamente comprovada a incapacidade definitiva do autor, referente a todas as ocupações, civis e militares, a dizer: sua invalidez permanente.

Gize-se, por oportuno, que a moléstia em questão integra o rol do art. 108, V, do Estatuto dos Militares, ensejando a reforma independentemente da apuração de qualquer relação de causa e efeito com a caserna.

Assim, recorrendo novamente à análise feita pela perícia judicial, temos claramente a inexistência um prognóstico laboral ao demandante, pelo que, sua remuneração deverá ser calculada com base no soldo integral correspondente ao 'grau hierárquico imediato ao ocupado na ativa.

A posição firmada pelo Tribunal de origem está em dissonância com a jurisprudência consolidada desta Corte, segundo a qual somente têm direito à reforma prevista no art. 110 da Lei n. 6.880/1980 os militares da ativa ou da reservada remunerada, não se estendendo tal benefício aos já reformados ao

tempo do início da incapacidade.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL . DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. ALEGADA VIOLAÇÃO A NORMA CONSTITUCIONAL. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE. MILITAR REFORMADO POR TER ATINGIDO IDADE-LIMITE PARA PERMANÊNCIA NA RESERVA. SUPERVENIÊNCIA DE DOENÇA INCAPACITANTE. MELHORIA DA REFORMA, COM PERCEPÇÃO DE REMUNERAÇÃO CALCULADA COM BASE NO SOLDADO CORRESPONDENTE AO GRAU HIERÁRQUICO IMEDIATO AO POSSUÍDO NA ATIVA. IMPOSSIBILIDADE.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

II - O recurso especial possui fundamentação vinculada, destinando-se a garantir a autoridade da lei federal e a sua aplicação uniforme, não constituindo, portanto, instrumento processual destinado a examinar possível ofensa a norma constitucional.

III - Esta Corte orienta-se no sentido de que a reforma do militar com a remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuía na ativa, nos termos do art.

110, § 1º, combinado com o art. 108, V, da Lei 6.880/80, restringe-se aos militares da ativa ou reserva remunerada, não sendo possível a concessão de tal benefício a militares já reformados na época da eclosão da doença.

IV - Recurso Especial improvido.

(REsp 1.381.724/RS, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 4/5/2017, DJe 10/5/2017)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO PROFERIDA MONOCRATICAMENTE PELO RELATOR, COM BASE NO ART. 557, CAPUT, DO CPC. ALEGADA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. MILITAR REFORMADO POR TER ATINGIDO IDADE-LIMITE PARA PERMANÊNCIA NA RESERVA. SUPERVENIÊNCIA DE CARDIOPATIA GRAVE. MELHORIA DA REFORMA, PARA RECEBER REMUNERAÇÃO CALCULADA COM BASE NO SOLDADO CORRESPONDENTE AO GRAU HIERÁRQUICO IMEDIATO AO OCUPADO NA ATIVA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Na esteira da jurisprudência desta Corte, "cabe ao relator decidir monocraticamente não apenas quanto aos pressupostos de admissibilidade do recurso inadmitido ou do próprio agravo, mas também quanto ao mérito do apelo especial, a teor do que dispõem os arts. 544, 545 e 557 do Código de Processo Civil" (STJ, AgRg no AREsp 672.733/PE, Rel. Ministro

HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/09/2015). De qualquer sorte a alegação de eventual nulidade da decisão monocrática fica superada, com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, em sede de Agravo Regimental. Precedentes (STJ, REsp 1.355.947/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 21/06/2013; AgRg no REsp 1.497.290/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/02/2015).

II. Também é assente o entendimento de que "o art. 110 da Lei n. 6.880/80 (Estatuto dos Militares) não autoriza a melhoria da reforma, com percepção de remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao possuído na ativa, do militar atingido por cardiopatia grave anos depois de sua reforma, por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva" (STJ, AgRg no REsp 1.082.603/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe de 04/02/2015). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.393.344/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/10/2013.

III. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.539.940/RS, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/3/2016, DJe 29/3/2016)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR REFORMADO POR TER ATINGIDO IDADE-LIMITE PARA PERMANÊNCIA NA RESERVA. SURGIMENTO DE CARDIOPATIA GRAVE ANOS DEPOIS. MELHORIA DA REFORMA, COM PERCEPÇÃO DE REMUNERAÇÃO CALCULADA COM BASE NO SOLDADO CORRESPONDENTE AO GRAU HIERÁRQUICO IMEDIATO AO POSSUÍDO NA ATIVA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Tendo o Tribunal de origem assentado que, "como o autor já estava reformado no momento da doença, a doença não trouxe qualquer diferença a ser paga. Assim, não há como se melhorar o valor da reforma em razão da falta de previsão legal", bem como que "a melhoria de reforma é impossível na hipótese, eis que não se está frente a agravamento de moléstia que ocasionou a reforma" (fl.474-e), o fez em sintonia com a jurisprudência do STJ, segundo a qual "apenas os militares da ativa ou da reserva remunerada, julgados incapazes definitivamente para o serviço por força de doença constante do inciso V do art. 108 da Lei 6.880/1980 (e for considerado inválido total e permanentemente para qualquer trabalho), fazem jus à reforma com a remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediatamente superior ao que possuía na ativa, o que não é o caso, vez que o autor já era militar reformado quando da eclosão da moléstia incapacitante" (REsp 1.393.344/RS, de minha Relatoria, 2ª Turma, julgado em 24/09/2013, DJe 02/10/2013). No mesmo sentido: AgRg no REsp 1082603/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 04/02/2015

2. Dessa feita, irrelevante o argumento do agravante no sentido de que o fato de ter sido reformado como 'Cabo', com a remuneração do soldo do grau

Superior Tribunal de Justiça

hierárquico imediatamente superior - 'Terceiro Sargento', por força do art. 122 da Lei 5.787/1982, não interferir em seu pedido de revisão de reforma para que passe a perceber remuneração com base no soldo de "Segundo Tenente", porquanto "tendo matrizes e naturezas completamente distintas, NÃO EXISTE ÓBICE à cumulação de ambos" (fls. 580/581-e), justamente porque o benefício do art. 110 da Lei 6880/1980 não se aplica ao militar já reformado.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.577.792/SC, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial a fim de afastar o direito à reforma, como pleiteado pelo autor.

Os honorários de R\$ 2.000,00 fixados na sentença (e-STJ, fl. 321) deverão ser arcados integralmente pelo recorrido, permanecendo a execução condicionada à alteração da situação econômica do autor, nos termos do art. 98, §§ 2º e 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator